

EDUCAÇÃO

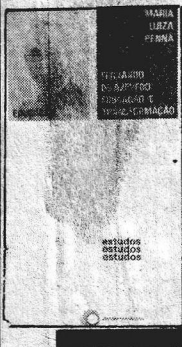
Revendo um
velho problema
brasileiro

JORNAL DA TARDE

20 FEB 1988



Maria Luiza Penna:
nada de novo
no front
educacional
brasileiro.



20 FEB 1988

Para quem julga que educação no Brasil é problema recente e requer elucubrações maiores às até agora feitas, ou mesmo soluções milionárias, frequentemente incompatíveis com a economia do País, é um bom exercício a leitura de **Fernando de Azevedo: Educação e Transformação**, da Editora Perspectiva, de São Paulo. A autora Maria Luiza Penna mostra que não há nada de novo nesse front, uma vez que, pelo menos a partir dos anos 20, todas as dificuldades que resultaram na atual tragédia setorial brasileira já estavam latentes. E o que parece mais desencorajador: denunciadas e com sugestões metodológicas de superação, conforme a visão de um grupo seleto de educadores, liderados pelo fundador da USP, desde o célebre **Manifesto da Escola Nova**, datado de 1932. Na prática, o primeiro documento importante de prevenção da educação nacional desde então deteriorada até o caos hoje observado.

O livro é a tese de mestrado em Filosofia pela PUC/RJ da atual embaixatriz em Washington, e mais um estágio em seu roteiro de intelectual: já foi editora nacional e internacional da **José Olympio** e é a tradutora de um notável romance de Harry James, **Os Papéis de Aspern**, lançado há 3 anos pela Global, entre outros trabalhos. A escolha de Fernando de Azevedo é produto de sua breve passagem pelo Departamento de Cultura do governo fluminense (1979/1980), então sob a direção do escritor Rubem Fonseca. O personagem, do qual Maria Luiza pouco conhecia e mais tarde virou especialista, foi sugerido pelo filho homônimo de um contemporâneo e partidário do mesmo idealismo de Azevedo, Alberto Venâncio, num tempo em que a autora andava "perplexa com os problemas da miséria da educação pública brasileira", a par de alguns dados estatísticos oficiais da repartição em que trabalhava. O produto desse conselho oportuno apareceu dois anos depois em forma de tese e virou livro agora, acrescido da biografia e de um perfil do focali-

zado, além de ilustrações. A exposição das idéias, do espírito de luta, da atração do educador pelo poder, a crítica que fazia de homens e instituições do seu tempo, estão aqui esboçados. Da mesma forma que a crítica da analista a uma série de "ambigüidades" de Azevedo que, a exemplo de sua geração, acreditava no autoritarismo e no Estado forte para implantar a receita que preconizava para a educação. A ressalva que faz, porém, é a de que se precisa entender a época em que ele viveu e os sucessivos contextos históricos que serviram de pano de fundo ao seu pensamento para entendê-lo melhor: a Revolução de 1930, o Estado Novo, a redemocratização e o ocorrido até meados dos anos 60, fases de sua mais importante produção intelectual.

Por ter feito isso à exaustão, ele o vê como alguém aberto, liberal, independente o bastante para ser criticado à esquerda e à direita, e ter a coragem de se opor ao Estado sempre que discordou dos seus métodos. Exemplo: na gestão Prado Jr. ao tempo da velhíssima república, ameaçou demitir-se da Instrução Pública carioca ao constatar contratações "políticas" incompatíveis à sua área, ou no Departamento de Cultura, ao discordar dos métodos do Estado Novo no Ministério da Educação e Cultura.

"Ao tempo do meu trabalho no governo fluminense, cunhei a expressão **planejamento**, para classificar a horrível burocracia que domina a educação brasileira: ela vive de produzir papel, estatísticas pouco confiáveis e nenhuma solução", diz Maria Luiza, considerando que essa sistemática é a principal responsável pelo eterno **reinventar da roda** na dinâmica setorial. A seu ver, inclusive, "não há caminho, métodos e meios que já não estejam descritos na obra de grandes educadores nacionais — como

Azevedo ou Anísio Teixeira, entre outros —, que não possam ser reaproveitados". Só que as pessoas não lêem, repisam erros ou quando retomam velhas idéias o fazem como se fossem coisas originais.

O percurso de seu personagem é, pelo que diz, o de muitos intelectuais brasileiros: autodidata, educação religiosa a ponto de quase tomar votos, crítico literário, jornalista e professor, até encontrar na sociologia e no conceito da educação o verdadeiro destino a partir de reportagens que fez para **O Estado de S. Paulo** (A Educação na Encruzilhada, em 1926), mais tarde muito citadas num livro de Julio de Mesquita Filho, com quem fundou a Universidade de São Paulo, em 1934.

Quando, em 1928, foi para o Rio exercer a direção da Instrução Pública a convite do prefeito Prado Jr., já defendia a idéia de que a escola não pode ser alienada da realidade e que a **praxis** educativa será sempre um fracasso se não estiver ligada à cultura". Maria Luiza concorda com o princípio e cita de maneira objetiva como o mesmo é espontaneamente absorvido pela sensibilidade dos mais simples. "É o caso de d. Neuma, líder da Mangueira, que só permite o desfile na 'ala das crianças', no carnaval, dos meninos e meninas que estiverem em dia com o colégio."

A autora é igualmente coesa com a idéia azevediana de que cabe ao Estado a prioridade e manutenção da escola gratuita à população carente, e sustenta que é falso o contraponto **ensino público X ensino particular**. "A escassez de recursos para a educação devia obrigar a exclusividade do ensino gratuito apenas para os que precisam em pelo menos 7 ou 8 anos de formação, porque para esses não há outra oportunidade de estudo dirigido e ascensão." Afirma, também, que essa é a prática até de países

capitalistas avançados e que de tal generalização não devem ser excluídas nem escolas religiosas. "Agora mesmo, nos EUA, um padre sugeriu ao bispado a criação de uma escola só para crianças salvadorenses e foi bastante incentivado, não sem ser antes prevenido de que o suporte disso caberia à comunidade católica local. Não pode, ou deve, ser diferente para nós." O investimento em crianças é essencial, segundo ela, repetindo Azevedo, porque a geração dos pais não se salva mais. O exemplo atual disso, reitera, são as estatísticas policiais que mostram traficantes pobres e analfabetos, que não sobrevivem além dos 35 anos, no confronto contínuo com a polícia.

As folgas que têm na rotina social da vida diplomática de Washington, Maria Luiza aproveita para colocar em ordem a correspondência de seu pai, Luís Camilo Penna, fundador da UDN e signatário do **Manifesto dos Mineiros**, parte do arquivo que já doou à Fundação Casa de Ruy Barbosa. Descendente do ex-presidente Afonso Penna, ex-cunhada do cineasta Glauber Rocha, casada com o embaixador brasileiro nos EUA, Marcílio Marques Moreira, mãe de três moças — a caçula é caloura da Universidade George Washington —, Maria Luiza reúne suas experiências num diário, que no futuro pode transformar-se num precioso e bem-humorado documento sobre o mundo diplomático no mais efervescente cenário político contemporâneo.

Por enquanto, contudo, ela gostaria que a obra de Fernando de Azevedo fosse revista e entendida na origem, ou através de seu livro, por quem tem responsabilidades setoriais no Brasil. E que a educação nacional fosse declarada também "área de calamidade pública", a exemplo do que ocorreu com Goiânia após o acidente radioativo, já que os resultados do descaso, numa e noutra área, são semelhantes. "É triste constatar que só porque não dá voto a curto prazo, educação não parece ser um problema político nesse país, quando é, de longe, o mais sério entre todos."

BEATRIZ MARINHO